

'CASSÁVEIS' GANHAM TEMPO

Acusados terão de deixar cargos na Comissão Mista de Orçamento

Os dezesseis deputados federais e um suplente indicados para cassação pela CPI do Orçamento ganharam mais uma semana de fôlego para suas defesas. Um acordo entre o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), os acusados e as principais lideranças do Congresso estenderá o prazo da defesa até a véspera do carnaval, podendo se ampliar até quarta-feira de cinzas. Em contrapartida, os acusados não moverão novos recursos no Supremo Tribunal Federal contra o ritual de estabelecido pelo Congresso.

“O acordo não foi o ideal, mas não deixa de ser uma vitória”, comemorou o advogado Valmor Giavarina, contratado pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), um dos “anões” do Orçamento. O regimento da Câmara estipula o prazo de defesa em cinco sessões. Como a Casa só está realizando uma sessão por semana, devido ao excesso de atribuições do Congresso, envolvido com a revisão constitucional e o plano econômico, o período de defesa se estenderia por no mínimo cinco semanas, em vez de cinco dias, como é de praxe.

A dilatação do prazo, para Inocêncio, além de ilegal, seria injusta para com os três deputados do



Arquivo/AE

Inocêncio: acordo.

PSD, cassados recentemente, que tiveram apenas cinco dias para defesa. A solução foi a elaboração de um projeto de resolução restabelecendo sessões diárias na Câmara. Mas o projeto só será votado na próxima terça-feira, dia 1º. A saída agradou não apenas à defesa, mas também aos partidários da revisão, que desembaraçaram por alguns dias a agenda de votações, e também aos “contras”, que, com o atraso, farão o julgamento final dos acusados coincidir com o auge da revisão. Giavarina ainda exigirá que Moreira

exigirá que a Comissão de Constituição e Justiça julgue o seu cliente com base apenas em uma página e meia de acusações inseridas no relatório final da CPI e despreze as cinco páginas restantes suprimidas por erro de impressão.

Já os seis deputados ameaçados de cassação que ainda integram a Comissão Mista de Orçamento do Congresso terão de entregar seus cargos aos respectivos partidos. Apesar de ter sido adiada para quarta-feira a reunião que trataria ontem do Orçamento deste ano, os líderes partidários decidiram sugerir ao grupo que apresente pedido de renúncia.

“Vamos substituir todos os que estão na lista de punição da CPI”, avisou o líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG). Segundo ele, os deputados peemedebistas Cid Carvalho (MA), José Geraldo (MG) e Carlos Benevides (CE) irão receber, até a próxima semana, comunicados da liderança solicitando que abandonem a Comissão de Orçamento.

O mesmo procedimento deverá ser adotado pelo PTB, em relação aos deputados Aníbal Teixeira (MG) e Raquel Cândido (RO), e pelo PP, que indicou Flávio Derzi (MS) para a Comissão.